



LUCIANO TRIGO

**O ANO
EM QUE A
TERRA
PAROU**

POLARIZAÇÃO DA POLÍTICA E A ESCALADA DA INSANIDADE

**O ANO
EM QUE A
TERRA
PAROU**

“

*[A paixão política] é a única paixão sem grandeza,
a única que é capaz de imbecilizar o homem.*

NELSON RODRIGUES

A Revolução do Mimimi

O WASHINGTON REDSKINS, TRADICIONAL EQUIPE DA NFL, A LIGA DE FUTEBOL americano dos Estados Unidos, anunciou em meados de julho a decisão de mudar oficialmente o nome e a logomarca do time, que fazem referência aos indígenas. A medida foi motivada pelos protestos que aconteceram a partir do assassinato de George Floyd por um policial em Minneapolis, em maio, e pela consequente pressão de grupos como o Black Lives Matter.

Entidades de defesa dos nativos americanos alegaram considerar o nome da equipe — “Peles-Vermelhas” — uma ofensa de cunho preconceituoso aos nativos americanos. Por sua vez, eles próprios pressionados por manifestantes nas redes sociais, patrocinadores como a FedEx Corp, a Pepsi e a Nike também passaram a pressionar a franquia, fundada em 1933, para que ela trocasse de nome, ameaçando rescindir contratos de publicidade. Diante de um argumento desses, como a diretoria do Washington Redskins poderia resistir?

* * *

Também em meados de julho, na Coreia do Sul, a popular banda de k-pop Blackpink, composta só por garotas, lançou no YouTube o aguardado clipe de sua nova música, “How you like that”. Foram mais de 50 milhões de *views* em poucas horas. Tudo corria conforme o planejado, até que alguém reparou que, por alguns segundos, apareciam no clipe imagens de uma estátua de Ganesha, divindade hindu representada por um elefante.

Pronto. Isso bastou para desencadear, entre os fãs indianos da banda, a gritaria identitária contra a apropriação cultural de um símbolo da religião hinduísta. Com medo da repercussão, a banda se retratou e cedeu à pressão: o vídeo foi reeditado, eliminando-se digitalmente a estátua de Ganesha do cenário.

* * *

A história a seguir é mais antiga: aconteceu no já longínquo ano de 1991, em uma lanchonete de Berkeley, Califórnia. Um cliente entrou, escolheu uma mesa, abriu uma revista e começou a ler um artigo, enquanto aguardava o atendimento. Mas a garçonete, chamada Barbara, se recusou a atendê-lo, porque a revista que ele estava lendo era a *Playboy*.

Barbara se declarou “chocada e apavorada”, como se a simples visão de uma *Playboy* representasse uma forma de estupro e assédio — e uma ameaça à sua autoestima e sua dignidade como mulher. A garçonete e o gerente da lanchonete pediram então ao cliente que se retirasse. Sem disposição para discutir (pois só queria comer uma fatia de bolo e tomar um café enquanto lia um artigo), ele foi embora.

Mas a história não acabou aí. Um grupo feminista aproveitou o gancho para divulgar um manifesto (impresso, porque a internet anda engatinhava, e não existiam redes sociais), que

afirmava, entre outras coisas, que “a saúde das mulheres é afetada pelo fato de um homem entrar com uma *Playboy* em uma lanchonete”.

O manifesto prosseguia: “Isso não tem nada a ver com liberdade de expressão, mas com o poder do homem branco de impor seus padrões a todo mundo, de forma humilhante”.

* * *

Quem contou esse episódio da lanchonete em Berkeley — que pode ser considerado o marco zero da *revolução do mimimi* atualmente em curso — foi o ensaísta e crítico de arte australiano Robert Hughes (1938-2012).

Em um livro profético, hoje pouco lembrado — “Cultura da reclamação — O desgaste americano”, que reuniu uma série de palestras realizadas na Biblioteca Pública de Nova York —, Hughes foi possivelmente o primeiro intelectual de peso a criticar e alertar sobre os riscos dos fenômenos do politicamente correto e da vitimização das minorias, dois processos que já então contaminavam a cultura, a mídia e o ambiente acadêmico americanos.

Na época, Hughes sugeriu que o politicamente correto foi uma reação da esquerda americana à queda do Muro de Berlim e ao colapso dos regimes comunistas: encurralados na universidade, os intelectuais ditos progressistas enxergaram na guerra de narrativas identitárias um bote salva-vidas mais do que conveniente. Estava aberto o caminho para a ressurreição do cadáver insepulto da esquerda.

Começava ali o sequestro, pelo campo dito progressista, do multiculturalismo e de bandeiras legítimas de diferentes grupos, que foram assim cooptados. Daquele momento em diante, os autointitulados progressistas passaram a deter o monopólio da fala

sobre esses temas — e o monopólio da representação política das minorias.

A narrativa que prevaleceu na esquerda desde então pode ser caracterizada pelos seguintes traços: idolatria ao Estado, complexo de vitimização (a culpa pelos nossos males é sempre dos outros, e nunca de nossa própria incapacidade), paranoia antiliberal (o mercado e o empreendedorismo são vistos como causadores de miséria, e não de riqueza), obsessão igualitária (usada como pretexto para aumentar a concentração de poder nas mãos do Estado) e sequestro dos valores democráticos (todos os adversários representam um risco para a democracia).

* * *

Corte para a campanha eleitoral americana de 2020. Foi o fenômeno descrito acima que tornou possível, por exemplo, que o então candidato democrata e hoje presidente Joe Biden declarasse, como fez no programa de rádio “The Breakfast Club” em maio, que os negros que não votassem nele não eram negros (“You ain’t black!”).¹

A premissa é clara: os votos das minorias são propriedade privada de um partido ou campo político que tem o direito e o poder de constranger e desqualificar os eleitores que não concordarem com isso — e mesmo de determinar quem pertence ou não a uma minoria. Em tempos normais, isso causaria indignação e perplexidade: um homem branco decretando quem pode se considerar negro. Mas não vivemos tempos normais.

A agenda secreta (ou não tão secreta) do campo progressista não tem nada a ver com a superação de desigualdades e injustiças sociais, mas lança mão de forma muito eficaz da manipulação política das bandeiras das minorias, colocadas a

serviço da divisão da sociedade e de um projeto gramsciano de tomada do poder.

Pacientemente implementado ao longo de décadas, esse projeto explora o que Hughes chamou de “essencialismo grupal”, “balcanização azeda” e “separatismo”, isto é, a divisão deliberada da sociedade em tribos com base na etnia, na religião ou na orientação sexual, processo fermentado pelo ódio e pelo ressentimento.

Um dos fatores que explicam o êxito desse novo programa da esquerda é que ele não exige mérito ou esforço nenhum de quem quiser aderir: basta se declarar antifascista para ganhar o atestado de virtuoso que permitirá a qualquer fracassado, preguiçoso e incompetente encontrar na lacração uma razão de viver. Para muita gente, ser autorizado a apontar o dedo para tudo e para todos e ser reconhecido como moralmente superior aos fascistas imaginários é uma compensação emocional mais do que suficiente para o tédio de suas existências medíocres.

(A novidade é que o inimigo dessa nova esquerda lacradora deixou de ser a elite econômica: na verdade, a classe dominante descobriu que basta posar de bom moço e postar slogans progressistas nas redes sociais para que ninguém a incomode: é o fenômeno dos ricos de esquerda, sobre o qual falaremos adiante. Agora o alvo contra as quais se ergue o grito cada vez mais estridente de todas as minorias, cada uma com a sua bandeira exclusiva e excludente, é o cidadão comum que não se ajoelha no milho nem paga pedágio à ditadura do politicamente correto.)

* * *

Ou seja, quase 30 anos atrás já se renunciava o sectarismo identitário que hoje provoca tantos estragos na sociedade, transformada

em um arquipélago de grupos que não se entendem, cada qual se julgando com mais direitos (mas nenhum dever) que os outros.

E o maior estrago é o que foi feito na cabeça das pessoas, sobretudo as mais jovens. Subitamente, parece que a razão de viver de toda uma geração passou a ser sabotar e destruir tudo que não se enquadra na visão de mundo alucinada que incutiram nas suas cabecinhas ocas, nas salas de aula das escolas e universidades com partido.

Em nome do suposto combate ao preconceito e às desigualdades, legitimam-se cada vez mais o ódio, a intolerância e mesmo a violência. A sociedade se dividiu em grupos interexcludentes, mas que apresentam algo em comum: todos se declaram bonzinhos e tolerantes e afirmam lutar pela democracia e pela igualdade, mas todos exigem tratamento diferente para si próprios, o que julgam um direito.

Hoje todos os grupos que se entendem como minorias exigem ser tratados não como iguais, mas como especiais. Exigem ser avaliados não com base no esforço, no talento ou no mérito individual, mas na etnia, no gênero, na orientação sexual e no lugar de fala.

Isso afeta até mesmo a outrora sacrossanta e livre esfera da arte, na qual a própria ideia de qualidade foi sacrificada no altar da justiça social: a hierarquia estética baseada no talento do artista e na qualidade de uma obra de arte passou a ser entendida como mais uma forma de discriminação a ser reparada com medidas corretivas e compensatórias. Exige-se, assim, a presença de mais artistas de determinado gênero ou etnia nos museus e galerias, mesmo que suas obras se limitem a afirmar o direito desses gêneros e etnias à visibilidade e ao sucesso.

* * *

Inventar inimigos e jogar no colo deles a culpa por tudo que existe de errado no mundo — e classificar todos os adversários como integrantes de elites malvadas — é uma das mais surradas ferramentas do arsenal demagógico das esquerdas. Como se trata de um termo genérico e sempre relativo a grupos que estão em situação pior, a esquerda entendeu já há bastante tempo que “elite” pode servir para enquadrar praticamente qualquer pessoa, dependendo da conveniência do momento.

As armas que eram apontadas para os ricos passaram a mirar e constranger uma massa de inocentes úteis, para cooptar seu apoio às bandeiras do progressismo. Daí o êxito da cultura do cancelamento e a transformação da censura de livros e filmes em ferramentas de resistência da luta pela democracia. O problema é que as pessoas que cedem à pressão não se dão conta de que, amanhã ou depois, podem ser elas a bola da vez.

Você, que se diz de esquerda e carimbou o selo “Somos 70%” (“mas não sabemos fazer conta”) na foto do seu perfil do Facebook, tome cuidado, porque pagar esse pedágio não o protege de nada: ao menor deslize, você será objeto do linchamento moral promovido pelos chacais do politicamente correto.

Isso já está acontecendo: no momento em que escrevo, um casal de cineastas gaúchos está sendo massacrado nas redes sociais por causa de uma palavra mal colocada (e mal interpretada) em uma *live* no YouTube. A patrulha da virtude virtual e do ódio do bem não perdoa: esfolar e destruir são hoje sua razão de viver.

O primeiro efeito de se dividir a sociedade em tribos raivosas, sempre prontas a mostrar os dentes e a procurar pretextos para exercitar sua intolerância politicamente correta, é o risco permanente de se ofender alguém involuntariamente, ainda mais em um contexto dominado por slogans e frases de efeito,

no qual são artigos em falta a interpretação de texto e a capacidade de discernimento, de graduar e contextualizar as coisas.

Hughes já alertava: estamos nos aproximando perigosamente do estado de natureza hobbesiano: uma guerra feroz de todos contra todos, sem regras nem valores compartilhados, sem respeito à lei e às regras de boa convivência, em suma, sem acordos possíveis.

Reforçando os muros entre grupos sociais, o que as políticas identitárias estão fazendo é negar a possibilidade de convivência harmônica, de uma interface positiva, de uma interação criativa e produtiva entre diferentes: elas não pregam a conciliação e a convivência pacífica como iguais, nem procuram a solução de conflitos, ao contrário.

O objetivo não é uma sociedade na qual haja respeito à diferença, não é um contrato social mais justo e equânime, que reconheça a riqueza da diversidade e no qual todos possam realizar seu potencial, respeitando as mesmas regras e com os mesmos direitos e oportunidades.

O objetivo é, rasgando qualquer contrato social, trocar de lugar com os antigos opressores, transformá-los em oprimidos e impor sobre eles suas próprias regras — no grito e pela violência, se preciso for. Nada de bom pode vir daí.

* * *

Muito provavelmente, Hughes hoje teria dificuldade para encontrar um editor que ousasse publicar “Cultura da reclamação” — e, se o livro chegasse a ser lançado, seria objeto de escândalo nas redes sociais antes de ser queimado na fogueira da nova Inquisição. Pois vivemos em uma época em que pessoas que se dizem tolerantes acham aceitável que escritores e

artistas sejam perseguidos por suas opiniões e visões artísticas, e que filmes como “...E o vento levou” sejam cancelados. Uma época na qual a censura foi reabilitada e a perseguição é uma prática corriqueira.

Aderimos definitivamente à “crimideia” orwelliana, e os acusados de crimes de pensamento são diariamente “vaporizados” no tribunal sumário da lacração nas redes sociais.

Por exemplo, Hughes ousou escrever algo que é deliberadamente ignorado ou esquecido pela narrativa racialista da dívida histórica de ancestrais:

O comércio do escravo africano como tal, o tráfico negro, foi uma invenção muçulmana, desenvolvida por comerciantes árabes com a entusiástica colaboração de comerciantes negros africanos, institucionalizada com a mais implacável brutalidade séculos antes de o homem branco aparecer no continente africano, e continuando muito depois que o mercado de escravos na América do Norte foi afinal esmagado. (...) África, Islã e Europa, todas participaram da escravidão negra, impuseram-na, lucraram com suas misérias. Mas no fim só a Europa e a América do Norte se mostraram capazes de conceber sua abolição; só a imensa força moral e intelectual do Iluminismo, apontada contra a hedionda opressão que representava a escravidão, conseguiu pôr fim ao tráfico.

Mas contra os muçulmanos ninguém faz protesto...

* * *

Basta olhar para os capacetes dos Washington Redskins para constatar: para qualquer pessoa de boa-fé, é *evidente* que não

existe ali nenhuma intenção depreciativa, ao contrário; a imagem de um nativo americano poderia perfeitamente ser considerada uma homenagem aos povos indígenas — aliás, era esse o discurso dos dirigentes da equipe, até pouco tempo atrás — antes que a chantagem dos patrocinadores (por sua vez chantageados pelos grupos organizados das redes sociais) os fizesse mudar de ideia.

De forma similar, é *evidente* que não houve, no clipe da banda de k-pop Blackpink, intenção alguma de desrespeitar ou profanar a imagem de Ganesha, mas simplesmente de compor o cenário adequado à música, juntamente com outros elementos que evocam a cultura hindu.

A proposta, então, é apagar da cultura qualquer referência aos nativos americanos que não seja feita por eles próprios, qualquer referência ao hinduísmo que não seja feita pelos próprios hindus? Na real, a quem isso beneficiaria?

É um sinal altamente preocupante que os Washington Redskins e a Blackpink tenham cedido à pressão do ódio do bem. Quais serão os próximos passos dessa escalada da insanidade?

Felacrapá: o Festival de Lacração que Assola o País

EM 1966, O CRONISTA CARIOCA SÉRGIO PORTO LANÇOU “FEBEAPÁ – O FESTIVAL de Besteira que Assola o País”. Assinado com o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, o livro reunia textos publicados originalmente no jornal “Última Hora”, fundado por Samuel Wainer.

Eram crônicas que expunham situações absurdas ou ridículas do Brasil dos primeiros anos da ditadura militar. Mas não eram textos exatamente políticos: os personagens de “Febeapá” eram pessoas comuns, que figuravam em notícias incomuns publicadas nos jornais — como a turista russa detida no Aeroporto do Galeão por exibir um “volume estranho” (?) sob o vestido, tema da crônica “Respeitem ao menos a região glútea!”; ou o prefeito de Petrópolis, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro, que baixou um decreto regulamentando os banhos de mar na cidade, no meio das montanhas.

Com o estilo irônico e bem-humorado que era a marca registrada de seu autor, “Febeapá” fez tanto sucesso que ganhou mais dois volumes, em 1967 e 1968 (ano da morte precoce de Sérgio Porto, aos 45 anos). Mas, se vivo fosse, o cronista teria no Brasil de 2020 material de sobra para escrever um volume inteiro novo

por semana. Só o título teria que ser diferente: algo como “Fela-crapá: o Festival de Lacração que Assola o País”.

Porque muito mais contagiosa que a Covid-19 é a epidemia de lacração que acometeu boa parte da população brasileira. Dia sim, outro também, ficou impossível não se deparar com alguém arrotando regras, do alto de sua superioridade moral, sobre como as outras pessoas devem se comportar, o que podem e o que não podem dizer, que culpas devem carregar, que “lugares de fala” não podem ocupar.

Apontar o dedo compulsivamente para os outros é o sintoma mais claro dessa epidemia, mas a lacração também ataca a capacidade cognitiva e o discernimento moral do sujeito infectado, que passa a apresentar traços paranoicos e a demonstrar total incapacidade de aceitar a realidade como ela é.

Apresento a seguir uma seleção de episódios — todos extraídos do noticiário recente — que poderiam ser abordados por Sérgio Porto e figurar como verbetes de um hipotético “Felacrapá”:

1) OVULÁRIO

De 1 a 5 de agosto a cidade de Jacobina, na Bahia, foi palco de um acontecimento histórico: a realização de um “ovulário”. É tipo um seminário, mas como, etimologicamente, “seminário” e “sêmen” têm raízes comuns, e como o evento era exclusivo para mulheres, criou-se esse novo vocábulo como forma de resistência ao patriarcado heteronormativo machocrata e ao machismo estrutural feminicida da nossa sociedade.

Mas tem um problema aí: a palavra “ovulário” não revelaria um preconceito estrutural contra as “mulheres que não ovulam”? Por uma questão de lógica, o evento deveria ter sido “cancelado”

— a epidemia de cancelamento também é forte no país — pela militância LGBTQQICAPF2K+ (“Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Questionando, Intersexo, Curioso, Assexuais, Pan e Polissexuais, Aliados, Two-spirit e Kink”; se você não entendeu alguma coisa, pesquise no Google).

Afinal de contas, a escritora inglesa J.K. Rowling, criadora do personagem Harry Potter, foi cancelada por simplesmente rejeitar o uso da expressão “pessoas que menstruam” no lugar da palavra “mulheres”.

Como tudo que não presta, a moda não demorou a chegar ao Brasil. Em novembro de 2020, uma reportagem de um grande jornal de São Paulo trazia o título “Pessoas com vagina tendem a ser excessivamente preocupadas com a higiene íntima”. Outra matéria falava sobre higiene “para quem tem um pênis”.

As palavras “mulher” e “homem” não apareciam nas duas matérias. A explicação: jornalistas decidiram pagar pedágio para os ativistas trans que decretaram que mulher é qualquer pessoa que se identifique como mulher. Ou seja, um homem, com pênis, se quiser, tem o direito de ser considerado uma mulher como qualquer outra — e ai de quem discordar. A biologia e a genética se tornaram fascistas e politicamente incorretas.

Dois meses antes, em setembro, a revista “Carta Capital” tinha feito outra inovação, ao publicar a matéria “Câncer de colo para pessoas com vagina: o que você precisa saber”.² Ficou a dúvida: “mulheres trans” operadas têm vagina, mas não têm útero: elas estão incluídas na matéria? A revista não teria sido preconceituosa?

Como era inevitável, essa escalada da insanidade já está criando um conflito entre feministas e ativistas trans: um dos alicerces do feminismo é justamente o fato de que as mulheres apresentam especificidades biológicas — como a gravidez, a menstruação, a TPM, a menopausa etc. — que as distinguem dos

homens. Se ficar decretado que qualquer homem pode se declarar (e deve ser reconhecido como) mulher, o feminismo perde um de seus fundamentos.

É por isso que feministas vêm sendo canceladas pelo simples fato de declararem que transsexuais merecem respeito, é óbvio. Mas ser mulher é outra coisa.

É sério. Já em 2018, a jornalista e militante feminista Meghan Murphy teve sua conta no Twitter bloqueada por ela ter postado a seguinte frase: “Homens não são mulheres”. A rede social atribuiu ao *post*, vejam só, um discurso de ódio, exigindo que a publicação fosse suprimida.

Outra líder feminista, Kellie-Jay Keen-Minshull, ousou publicar uma definição de dicionário do verbete “mulher”: “mulher: substantivo; adulto feminino”. Consequência; ela foi acusada de transfobia e obrigada a pedir desculpas.³

2) OBESIDADE

Paola Carosella — empresária, *chefe* jurada do programa Master-Chef — foi cancelada porque disse que comida processada faz mal e provoca obesidade. Ou seja, ela apenas disse o óbvio. Mas foi o que bastou para provocar a ira dos lacreadores de plantão, que acusaram Paola de... gordofobia. É isso mesmo: a turma do cancelamento decretou que está proibido combater a obesidade.

É apenas um detalhe insignificante que este seja um grave problema de saúde pública, um fator de risco associado a diversas doenças, incluindo o agravamento do quadro da Covid-19.

Hoje o compromisso com a laçação é mais importante que a saúde. Virou modinha, nos aplicativos de paquera, jovens se descreverem como gordas, com muito orgulho, como se isso

fosse uma qualidade ou uma virtude. Não é. Obesidade é um problema de saúde. Obviamente pessoas com sobrepeso devem ser respeitadas, mas acusar os outros de gordofobia não as tornará mais saudáveis nem mais felizes.

A propósito, Paola também foi cancelada pelos militantes veganos, que não gostaram de suas críticas aos *nuggets* de papelão da KFC, produzidos por impressoras 3D sem “sofrimento animal”.

No tópico alimentação, aliás, foi cunhada uma nova expressão: “nutricídio”. Trata-se do “genocídio alimentar” que “surge a partir do contexto capitalista hegemônico de produção e distribuição dos alimentos” e “vem acompanhado do apagamento de povos e culturas”, através da “mudança alimentar de suas culturas pela inserção de uma alimentação colonialista”. Aham...

3) XADREZ

O milenar jogo de xadrez vem sendo acusado de... racismo, porque, segundo suas regras, o primeiro lance é sempre das peças brancas.

Por incrível que pareça, o assunto foi levado a sério por outrora respeitados veículos de comunicação, a ponto de ter provocado comentários de dois ex-campeões mundiais. Anatoly Karpov declarou: “Um período de total insanidade começou”. Já Garry Kasparov, o maior jogador de xadrez de todos os tempos, foi mais irônico: “Se você está preocupado com isso, por favor jogue Go [*jogo de tabuleiro chinês onde as pretas jogam primeiro*], em vez de parecer um tolo”.

O enxadrista australiano John Adams postou no Twitter que recebeu uma ligação de um produtor da rádio ABC (pública)

perguntando se ele queria participar de um debate sobre o tema. Ele declinou o convite e criticou a rádio por desperdiçar o dinheiro do contribuinte com “tópicos irrelevantes” e um “debate ridículo”.

Desnecessário dizer, enxadristas negros jogam com peças brancas (ou negras) na mesma proporção dos enxadristas brancos. Ou seja, jamais um só enxadrista negro, ou chinês, ou indiano, ou de qualquer outra etnia foi prejudicado pela regra milenar do jogo. Aliás, recentemente tivemos um campeão mundial indiano (Viswanathan Anand), e hoje vários enxadristas ranqueados entre os “top 10” do planeta são chineses. Onde está o racismo?

4) GATILHO

No último Dia dos Pais, uma jovem postou em uma rede social um áudio fofinho do pai lhe desejando bom-dia. Logo apareceu uma moça pedindo a ela que apagasse o *post*. Estabeleceu-se o seguinte diálogo, que explica o motivo do estranho pedido:

“Mana, apaga isso, é um gatilho muito forte, por favor” 🙄

“Como assim??”

“5,5 milhões de crianças não têm pai no registro no Brasil, sem falar as outras que têm o pai no registro, mas o pai é ausente. A gente ver uma imagem dessas dói muito. E você, com uma quantidade razoável de seguidores, devia pensar nisso antes de postar algo. Falta de empatia total”.

Não foi um caso isolado. Inúmeros *posts* de pessoas enaltecendo os pais foram criticados com comentários do tipo “Pena que não é todo mundo que tem pai, né?”. Mas, por analogia, as pessoas que fizeram comentários assim também deveriam se abster para não magoar os milhões de brasileiros que não têm

acesso a uma conta no Twitter. Eles também poderão alegar que o gatilho é muito forte, dói muito.

É a revolução das vítimas. Enquanto houver um só órfão ou criança abandonada no mundo, está proibido comemorar o Dia dos Pais. E quem tem pai vivo deve se sentir culpado. A mesma lógica se aplica a qualquer outro tema que possa ser explorado pela Lacrolândia.

Como se sabe, essas pessoas são seres iluminados e abnegados, que se recusam a comer enquanto existem pessoas com fome, que abrem mão de suas casas porque tem gente sem casa e que são capazes de doar a roupa do corpo enquanto houver mendigos (Ops! Pessoas em situação de rua) vestidos com andrajos. Até parece, né?

5) MATEMÁTICA

Laurie Rubel, uma professora de matemática no Brooklyn College, em Nova York, postou no Twitter que a equação $2 + 2 = 4$ “cheira a patriarcado da supremacia branca”. O *tweet* de Rubel foi apoiado e repostado por vários acadêmicos americanos — o que mostra que se trata de uma pandemia global, como a Covid, e que a estupidez não se limita ao Brasil (ainda que aqui ela se exerça com especial talento).

Segundo esses acadêmicos, a verdade objetiva da matemática é uma “construção social”.

Uma rápida pesquisa no Google mostra que essa moda também está pegando entre nós: já abundam artigos sobre “matemática humanizada”, ou associando a matemática à segregação de classe, raça e gênero etc. Em breve os estudantes aprenderão nas aulas de matemática que saber lacrar é mais importante que

saber fazer conta. (Sérgio Porto poderia batizar essa crônica de “Respeitem ao menos a matemática!”).

6) ÍNDEX

Índex era a lista oficial dos livros considerados nefastos, que foram proibidos pela Inquisição. O *Index Librorum Prohibitorum*, publicado pela Santa Sé em 1559, durante a Contra-Reforma da Igreja Católica, só foi extinto em 1966, pelo papa Paulo VI. Mas parece que os virtuosos defensores da democracia querem resgatá-lo, determinando quais livros ou filmes podem ser lidos e vistos e quais devem ser cancelados.

As novas gerações, por exemplo, estarão privadas de conhecer os filmes geniais do cineasta americano Woody Allen, para só citar um caso famoso: Allen foi mais uma vítima da asfixia moralista promovida pela “galera do bem” no tribunal de justiça sumária das redes sociais. É a censura democrática, imposta com a melhor das intenções por aqueles que são os detentores da verdade.

Sinal do gosto dessa turma pela censura e de sua compulsão a calar a boca do próximo é uma revista feminina ter publicado recentemente, sem o menor constrangimento, um índice de palavras e expressões da língua portuguesa que devem ser abolidas do uso cotidiano, entre elas:

- “Mal-amada” (“...dá a entender que uma mulher só é feliz, plena e de bem com a vida se está tendo relações sexuais”);
- “Da cor do pecado” (“O termo propaga a ideia da época da escravidão de que o corpo negro é sensual e sexualizado e atribui essa cor de pele a algo pecaminoso”);

- “Língua materna” (“...a expressão reforça o papel da mulher perante a sociedade patriarcal: o de ser a responsável pelo cuidado da casa e dos filhos”);
- “Inveja branca” (“A expressão é associada a uma inveja boa, que não deseja o mal, reforçando a ideia da cor branca como positiva”);
- “Criado-mudo” (“...o termo usado para nomear o móvel que fica ao lado da cama surgiu de uma das tarefas que os escravos eram obrigados a realizar: segurar objetos para os seus senhores”);
- “Ovelha negra” (“...uma das expressões aliadas à palavra ‘negro’ que se tornam pejorativas e representam muitas vezes algo ilegal: ovelha negra, lista negra, mercado negro, magia negra”);

Volta e meia, outras palavras e expressões vêm sendo acrescentadas ao *Index Lacrorum Prohibitorum*. Um caso recente foi “tomara que caia” (vestido ou blusa sem alças), expressão que os inquisidores do bem querem banir da língua, por considerá-la machista e misógina.

Não há limite para o ridículo.

Desnecessário dizer, a composição de Sérgio Porto “Samba do Crioulo Doido” e dezenas de outras canções que são parte indissociável da cultura musical brasileira, como “Nega do Cabelo Duro” e todos os sambas que citam a palavra “mulata” (outro vocábulo que passou a causar arrepios na patrulha da lacração identitária), estão sumariamente proibidas.

Por engraçado que possa parecer, cada episódio acima expõe a natureza doentia e extremamente perigosa da guerra cultural em curso na sociedade.

Estão tentando apagar na marra obras de referência da nossa cultura.

Estão mandando você aceitar quietinho e calar a boca — e muitas vezes, para não se aborrecer, você se cala.

E se alguém não aprecia (ou não entende) uma piada que você conta, você tem que se ajoelhar no milho e pedir perdão à malta ensandecida que vem pra cima de você babando de ódio. Mas não se iluda, eles não vão perdoar você: quanto mais você se humilhar, mais eles vão bater.

Encerro com um episódio recente envolvendo a cantora Marília Mendonça, que fez durante uma *live* na pandemia um comentário bobo sobre um músico da sua banda que teria ficado com uma “mulher trans”, provocando risadas.

Como era de esperar, a cantora foi massacrada pela turma do ódio do bem. Porque, como se sabe, está decretado que um homem que se define como mulher é uma mulher, e quem não concordar com isso merece ser linchado em praça pública.

Mas o que me chamou atenção foi o caráter preconceituoso e agressivo dos comentários dos internautas virtuosos: “Marília é uma gorda escrota; “Gorda imunda”; “Gorda só fala m**** mesmo”; “Gorda e chifruda”; “Gorda fazendo gordice”.

Ou seja: fazer uma brincadeira com trans não pode. Mas ofender uma cantora por ser gorda está liberado (isto é, menos para a *chef* Paola Carosella, acusada de gordofobia por ter criticado o consumo de alimentos processados).

Um peso e duas medidas. É o duplo padrão moral da esquerda: a moral “totalflex”.

Do alto da sua superioridade, a esquerda-lacração tem licença especial para odiar, ofender e agredir quem bem entender: é o poder do lacre. Tempos muito estranhos.